

NOVO CORONAVÍRUS

Medidas de prevenção devem ser mantidas

AS medidas de prevenção contra a Covid-19 devem prevalecer, apesar do fim do estado de emergência, para não diluir os ganhos conquistados nos últimos três meses.

Cidadãos ouvidos ontem pelo "Notícias" consideram que na fase que se segue o Governo deve chamar a atenção ao cidadão para manter o lado didáctico do estado de emergência, porque nos últimos quatro meses houve necessidade de adaptação e ajustamento a novos hábitos, como o uso de máscara,

distanciamento social, convívios e funerais com participação limitada do número de pessoas, bem como encerramento de lugares de culto.

O Presidente da República, Filipe Nyusi, enviou ontem à Assembleia da República o relatório sobre as medidas tomadas ao longo dos 120 dias do estado de emergência para apreciação, após o que anunciará decisões sobre as ações a adoptar nos dias subsequentes.

Na sua comunicação à nação, Filipe Nyusi sugeriu que as diversas actividades socioeconómicas, suspen-

sas em Março devido à implementação do estado de emergência, serão retomadas de forma gradual e diferenciada, de acordo com critérios dirigidos para cada sector, mas numa perspectiva de consolidar as conquistas já alcançadas.

Moçambique registou ganhos nos quatro meses do estado de emergência, com destaque para o atraso do pico da doença, a disponibilidade de tempo para a preparação do sector da Saúde e teste da disciplina e criatividade para o povo.

Conduta responsável não regulada por lei



Tomás Vieira Mário

TOMÁS Vieira Mário, jornalista e activista social, considera que não são as leis ou a sua in-

xistência que devem conduzir a sociedade para uma conduta responsável ou errada, mas a

importante que cada um saiba viver dentro dos padrões que a cidadania exige.

Segundo Tomás Vieira Mário, o estado de emergência terminou, mas, porque a saúde é um bem maior, há necessidade de as pessoas continuarem a observar as medidas de prevenção, individual ou colectivamente. "Esta não é a primeira vez que o país vive uma situação de pandemia, mas com o cívismo conseguimos controlar a situação", disse.

De acordo com Vieira Mário, é importante que a sociedade não veja a saúde como um desejo do Estado ou do Governo, mas uma questão pessoal, familiar e da comunidade. "Por isso, temos de continuar a vi-

giar, porque o novo coronavírus ainda existe no seio de nós", afirmou.

Segundo o activista, o momento que hoje se vive no país e no mundo obriga a que todos adoptem atitudes de cidadania, o que significa que cada um deve cumprir com zelo os seus deveres.

Explicou que o estado de emergência é uma situação excepcional e, segundo a Constituição da República, só pode ser prorrogado três vezes.

"Temos a oportunidade de provar que somos responsáveis e não precisamos da intervenção da Polícia para o cumprimento dos nossos deveres", acrescentou.

Para o jornalista, o estado

de emergência foi importante, porque serviu como um instrumento dissuasivo e de indução de condutas, mas também de alerta, para que todos os moçambicanos percebessem o perigo que o novo coronavírus representa.

O interlocutor é de opinião que os efeitos do estado de emergência devem ser mantidos, como são os casos da limitação da lotação nos transportes público-privados; reorganização dos mercados; lavagem das mãos; uso obrigatório das máscaras e a reabilitação das escolas do país.

"Estes são os ganhos colaterais do estado de emergência que devem ser mantidos", defendeu Tomás Vieira Mário.

Retoma da economia é urgente

PARA Silvério Ronguane, director da Faculdade de Filosofia na Universidade São Tomás, é necessário que a actividade económica seja retomada, porque a situação em que vivem muitos concidadãos devido ao confinamento é dramática.

Disse que com a implementação do estado de emergência muitas empresas viram-se obrigadas a fechar as suas portas e a despedir os seus trabalhadores, o que significa que a renda dessas pessoas baixou.

Ronguane considera que as escolas devem ser reabertas, lembrando que ainda existem no país regiões com famílias que impedem as raparigas de estudar. O académico, que é igualmente deputado, teme

que o confinamento esteja motivo para a perpetuação deste mal.

"Temos de retomar a educação, porque perder um ano não é brincadeira. Quando iniciou a pandemia da Covid-19, os outros países estavam no segundo semestre, mas nós estávamos ainda no segundo mês do ano", disse, defendendo o desconfinamento das escolas, mas com medidas de segurança acauteladas.

A religião é outro sector visto por Silvério Ronguane como sendo importante para muitas famílias. Por isso, disse, não se justifica que haja permissão para abertura dos bares e igrejas continuem encerradas.

Para Silvério Ronguane, devem ser anunciadas nos pró-



Silvério Ronguane

ximos dias algumas medidas administrativas para que não haja extremos, uma situação

em que as pessoas saiam de forma brusca de um confinamento para uma vida normal.

Aliviar a situação da mulher



Nzira de Deus

A DIRECTORA executiva do Fórum Mulher, Nzira de Deus, afirmou, por sua vez, que terminou o estado de

emergência, mas a doença continua presente no seio dos moçambicanos. Exortou a sociedade, em particular a

mujer, a seguir todas as medidas de prevenção recomendadas pelo Governo.

Indicou que tendo em

conta a vida difícil que vive a maior parte da mulher moçambicana, o Governo devia pensar no desconfinamento gradual.

"Muitas mulheres, neste país, dependem de pequenos negócios que neste momento estão comprometidos, devido ao confinamento, situação que lhes torna muito mais vulneráveis", disse.

Para a fonte, o importante é que o Governo deve continuar a organizar os mercados, a controlar a lotação nos transportes públicos privados e manter o uso obrigatório da máscara.

Nzira de Deus defendeu que é importante que se continue a tomar medidas de prevenção do novo coronavírus e combate à violência doméstica, cujos casos aumentaram durante o estado de emergência.